

- Plano de Trabalho -

Plano diretor é o Instrumento básico de um processo de planejamento municipal para a implantação da política de desenvolvimento urbano, norteador da ação dos agentes públicos e privados. (ABNT, 1991)

Plano Diretor de Goiânia – PDIG 2033



FICHA TÉCNICA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA

Íris Rezende Machado

Prefeito de Goiânia

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO E HABITAÇÃO

Agenor Mariano

Secretário Municipal de Planejamento Urbano e Habitação

SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJ. URBANO E GESTÃO SUSTENTÁVEL

Henrique Alves Luiz Pereira

Superintendente de Planejamento Urbano e Gestão Sustentável

Comissão Executiva do Plano Diretor e colaboradores:

I – COORDENADOR GERAL:

Adv. Henrique Alves Luiz Pereira – matrícula nº 676810;

II – COORDENADOR OPERACIONAL:

Arq. Urb. Janamaina Costa Bezerra de Azevedo – matrícula nº 695718;

III – COORDENADORES TÉCNICOS:

1. Arq. Urb. Ariel Silveira de Viveiros – matrícula nº 1320637;
2. Eng. Civil Diógenes Aires de Melo – matrícula nº 579386;
3. Arq. Urb. Germana de Faria Arantes Andrade – matrícula nº 1195638;
4. Adv. Luciano Gomes do Prado – matrícula nº 210412;
5. Arq. Urb. Marta Horta Figueiredo de Carvalho – matrícula nº 97764;
6. Arq. Urb. Sérgio Edward Wiederhecker – matrícula nº 166820.

IV – TÉCNICOS ESPECIALISTAS:

1. Bel. Direito Adriam Rodrigues da Silva – matrícula nº 531758;
2. Albani Soares Ferreira – matrícula nº 181978;
3. Arq. Urb. Ana Lúcia Ferreira Peixoto – matrícula nº 638919;
4. Agrim. Ananda Papalardo Braga – matrícula nº 981940;
5. Adv. Carlos Alberto Branco Antunes Júnior – matrícula nº 664537;
6. Agrim. Carlos Eduardo Meireles Rezende – matrícula nº 218243;
7. Econ. Celeocy Borges Cotrim – matrícula nº 134201;
8. Arq. Urb. Celimene Machado de Faria Arantes – matrícula nº 97560;
9. Tec. Geo. Clésio Fernandes de Lima – matrícula nº 722375;
10. Francisco de Assis Costa e Silva – matrícula nº 722758;
11. Agrim. Francisco das Chagas Magalhães Sobrinho – matrícula nº 243310;
12. Adv. Geórgia Venina Ferreira Ribeiro – matrícula nº 591181;



13. Pedagoga Glades Maria de Jesus da Silva Soares – matrícula nº 380270;
14. Bel. Direito Gabriela Morais Alves – matrícula nº 726540;
15. Hérica Tsuruda Araki – matrícula nº 475130;
16. Arq. Urb. Ivanilde Maria de Rezende Abdala – matrícula nº 295094;
17. Bel. Direito Jorge Henrique Marques D. de Castro – matrícula nº 1313800;
18. Arq. Urb. Leandra de Brito Rodrigues – matrícula nº 924547;
19. Adv. Leonardo Rodrigues Peixoto
20. Eng. Eletric. Luiz Lucas Alves Júnior
21. Arq. Urb. Maria Helena Antunes de Sant'Ana – matrícula nº 248657;
22. Arq. Urb. Maria Heloisa de Lima Moraes Moruê – matrícula nº 502650;
23. Eng. Civil Nágila Emiliano Garcia – matrícula nº 170585;
24. Bel. Direito Nathan Araújo Mendonça – matrícula nº 1273442;
25. Adv. Patrícia Alencar de Mendonça – matrícula nº 476226;
26. Bel. Direito Salvador Abrantes Neto – matrícula nº 649910;
27. Arq. Urb. Simone do Nascimento Costa – matrícula nº 633330;
28. Arq. Urb. Virgínia Inácio Mathias Costa
29. Arq. Urb. Willian de Assunção Silva Queiroz – matrícula nº 942081;
30. Bel. Direito Zilma Percursor Campos Peixoto

V – APOIO TÉCNICO:

1. Agrim. Clésia de Jesus do Nascimento Oliveira – matrícula nº 665711;
2. Adm. Djalma Silva Barros Júnior – matrícula nº 1313037;
3. Geog. Francispaula Luciano – matrícula nº 870722;
4. Adm. Luciene Ribeiro da Costa – matrícula nº 676900;
5. Tec. Geo. Sheila Basílio dos Santos – matrícula nº 1031309;
6. Tec. Geo. Weiller Roberto de Ávila – matrícula nº 904228;

NH.

a.

1 INTRODUÇÃO

O presente documento, denominado Plano de Trabalho do Grupo Técnico do Plano Diretor, pretende instituir a metodologia e procedimentos para apropriação da etapa de diagnóstico, relativa à dimensão de “Conhecimento do Problema” na revisão do Plano Diretor do Município de Goiânia.

O processo de revisão do Plano Diretor encontra-se previsto na Lei Complementar nº171 de 29/05/2007, respaldada pelo art. 40, § 3º, do Estatuto da Cidade, o qual define a necessidade de revisão deste instrumento, pelo menos, a cada dez anos, como estratégia de continuidade ao processo de planejamento urbano.

Cabe ressaltar que o Plano Diretor deve englobar o território do Município como um todo, portanto sendo necessário atualizar o conhecimento e diagnosticar inclusive os espaços rurais ainda existentes no território de Goiânia, território este representado pela Macrozona Construída e pelas sete Macrozonas Rurais instituídas pela citada Lei.

Finalmente, o presente trabalho vem subsidiar as etapas de diagnóstico da revisão do Plano Diretor sendo esta iniciativa da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação – SEPLANH.

2 METODOLOGIA

A metodologia aplicada no desenvolvimento dos trabalhos relacionados à revisão do Plano Diretor se deu no primeiro momento com a leitura e apontamento na minuta de projeto de lei complementar existente e elaborada em 2012 correlacionando-a com a Lei Complementar nº171 de 29/05/2007 e legislações correlatas. Paralelamente às reuniões técnicas foram realizadas visitas técnicas e institucionais.

Após a leitura da minuta de lei de 2012, foi instituído grupo de trabalho subdividido em eixos estratégicos, conforme se segue:



| | | COORDENADOR | EQUIPE |
|---|--|-------------|---|
| COORDENADOR GERAL DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR | | HENRIQUE | |
| COORDENADOR OP. DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR | | JANAMAINA | |
| | | | Ananda, Nathan, Clésia, Djalma, Francispaula, Luciene, Sheila e Weiller |
| PLANO DE MOBILIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO | | GLADES | |
| | | | William e SECOM |
| EIXO ESTRATÉGICO DE ORDENAMENTO TERRITORIAL | | GERMANA | |
| | | | Celimene, Maria Helena, Zilma, Nágila, Clésio, Virgínia, Heloisa, Simone, Carlos Eduardo e Jorge Henrique |
| EIXO ESTRATÉGICO DE MOBILIDADE, ACESSIBILIDADE E TRANSPORTE | | SÉRGIO | |
| | | | Sérgio, Leonardo, Janamaina, Ivanilde e Lucas |
| EIXO ESTRATÉGICO DE SUSTENTABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL | | DIÓGENES | |
| | | | Patrícia, Francisco Assis, Geórgia, Nathan e Héricka |
| EIXO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO | | LUCIANO | |
| | | | Celeocy, Luciano, Salvador, Carlos Júnior e Albani |
| EIXO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO-CULTURAL | | ARIEL | |
| | | | Glades, Gabriela, Leandra e o Francisco Magalhães |
| EIXO ESTRATÉGICO DE GESTÃO URBANA | | MARTA | |
| | | | Ananda, Adriam, William e Luciene e Ana Lucia |

Os subgrupos definidos pelos eixos estratégicos deverão fazer levantamento/diagnóstico dos painéis sugeridos observando os apontamentos feitos durante a leitura geral da Minuta de Lei, de modo que os dados e informações coletadas subsidiem o Relatório Final da Revisão do Plano Diretor do município de Goiânia.

A fase Diagnóstico é uma fase que agrega parte significativa dos trabalhos de revisão, relacionados com a obtenção de informações quantitativas sobre aspectos de:

1- Eixo Estratégico de Ordenamento Territorial

- Sítio;
- Característica da malha urbana;
- Uso e ocupação do solo urbano e rural;
- Legislação;
- Áreas públicas;
- Infra-estrutura urbana e
- Sistema de transporte.

2- Eixo Estratégico de Mobilidade, Acessibilidade e Transporte

- Sistema viário;
- Sistema de transporte;
- Sinalização de trânsito e
- Acessibilidade.

3- Eixo Estratégico de Sustentabilidade Sócio-Ambiental

- Gestão e proteção ambiental;
- Controle e qualidade do ar;
- Controle da poluição sonora;
- Controle da poluição visual;
- Recursos hídricos;
- Áreas verdes;
- Saneamento;
- Drenagem urbana e
- Coleta e destinação de resíduos sólidos.
-

4- Eixo Estratégico de Desenvolvimento Econômico

- Agricultura e abastecimento
- Indústria, comércio e serviços
- Mecanismos de geração de emprego e renda
- Turismo;
- Ciência e tecnologia e
- Sistema tributário local.

5- Eixo estratégico de desenvolvimento sócio-cultural

- Inclusão social;
- Educação;
- Cultura;
- Habitação;
- Desenvolvimento cultural e
- Patrimônio histórico.

6- Eixo Estratégico de Gestão Urbana

- Sistema institucional e administrativo;
- Sistema de planejamento;
- Sistema de informações urbanas do município de Goiânia;
- Participação popular;
- Região metropolitana;
- Bacias hidrográficas e
- Estratégico de desenvolvimento sócio-cultural.

O Relatório Final do Plano Diretor, seguirá proposta definida no art.5º da Lei Complementar nº171 de 29/05/2007 e conterá:

- a) antecedentes históricos;
- b) caracterização atual do Município e cenários desejáveis por Eixo Estratégico incluindo:
 1. Eixo Estratégico de Ordenamento Territorial;
 2. Eixo Estratégico de Sustentabilidade Sócioambiental;
 3. Eixo Estratégico da Mobilidade, Acessibilidade e Transporte;
 4. Eixo Estratégico de Desenvolvimento Econômico;
 5. Eixo Estratégico do Desenvolvimento Sociocultural;
 6. Eixo Estratégico de Gestão Urbana.
- c) estratégias e programas de implementação do Plano Diretor, por Eixo Estratégico;
- d) diretrizes gerais e específicas da Política de Desenvolvimento Urbano por Eixo Estratégico;
- e) ordenamento territorial proposto;
- f) instrumentos de controle urbanístico.

3 VISITAS TÉCNICAS

Nas visitas técnicas foi adotado como princípio a observação, leitura e levantamento dos elementos e pontos de interesse existentes ao alcance da vista do observador por parte da equipe técnica integrante da Comissão Executiva do Plano Diretor, somada à participação de técnicos da SEPLANH e representante da Agência Municipal do Meio Ambiente – AMMA, em percurso previamente escolhido, por meio de veículos disponibilizados pelo órgão, utilizando-se, para tal, a rede viária disponível no local para o tráfego. O método de observação e apontamentos consistiu no mapeamento dos usos do solo, das questões de caráter ambiental e de elementos de impacto visual e de interesse técnicos detectados ao longo do percurso, com destaque aos seguintes pontos:

Visitas Técnicas nas Macrozonas Rurais:

- Acessos viários;



- Uso do Solo - Característica das ocupações: residencial, serviços, indústrias;
- Áreas florestadas;
- Áreas produtivas e de exploração pecuária;
- Interposição do traçado do Anel Viário;
- Influência de vias estruturantes a serem implantadas
- Pontos de conurbação entre área urbana e área rural;
- Pontos de descarga clandestina de entulho;
- Equipamentos comunitários e urbanos.

Visitas Técnicas nos Eixos de Desenvolvimento Urbano:

- Vias formadoras do eixo;
- Implantação da via;
- Qualidade da infraestrutura instalada ou falta da mesma;
- Calçadas;
- Geografia do lugar;
- Uso do Solo - Característica das ocupações: residencial, serviços, indústrias;
- Equipamento comunitários e urbanos;
- Pontos de descarga clandestina de entulho;

Visitas Técnicas nas Áreas de Programas Especiais de Interesse Social:

- Acessos viários;
- Geografia do lugar;
- Uso do Solo - Característica das ocupações: residencial, serviços, indústrias;
- Equipamento comunitários e urbanos;
- Qualidade da infraestrutura instalada ou falta da mesma;

- Pontos de descarga clandestina de entulho;

Visitas Técnicas nas Áreas de Programas Especiais de Interesse Ambiental:

- Geografia do lugar;
- Uso do Solo - Característica das ocupações: residencial, serviços, indústrias;
- Degradação;
- Equipamento comunitários e urbanos;
- Densificação;
- Qualidade da infraestrutura instalada ou falta da mesma;
- Pontos de descarga clandestina de entulho;
- Apropriação dos espaços pela população existente;

As visitas foram precedidas por uma leitura técnica de estudos e projetos existentes que orientaram a interpretação da paisagem visitada, o qual foi materializado também pelo acompanhamento de registro fotográfico, que por sua vez, observou a sequência do roteiro, previamente estabelecido.

Foram visitados os seguintes locais:

- Macrozona Rural do Barreiro;
- Macrozona Rural do Lageado;
- Macrozona Rural do João Leite;
- Macrozona Rural do Capivara;
- Macrozona Rural do São Domingos;
- Macrozona Rural do Alto Anicuns;
- Macrozona Rural do Alto Dourados;
- Áreas integrantes do Programa Macambira Anicuns – PUAMA;
- Centralidades instituídas economicamente – Rua 44 e entorno;

- Aterro Sanitário;
- Estação de Tratamento de Água – ETA do João Leite;
- Eixo de Desenvolvimento Exclusivo Corredor T-9;
- Eixo de Desenvolvimento Exclusivo Corredor T-7;
- Eixo de Desenvolvimento Exclusivo Corredor Leste-Oeste;
- Eixo de Desenvolvimento Exclusivo Corredor Anhanguera;
- Eixo de Desenvolvimento Exclusivo Corredor Goiás;
- Eixo de Desenvolvimento Exclusivo Corredor Mutirão;
- Eixo de Desenvolvimento Preferencial Corredor 17- Av. Pedro Ludovico;
- Eixo de Desenvolvimento Preferencial Corredor Goiânia II/ Campus UFG;
- Eixo de Desenvolvimento Preferencial Corredor 17- Av. Pedro Ludovico;
- Projeto Diferenciado de Urbanização – Residencial Eldorado;
- Área Especial de Interesse Social – Jardim Cerrado
- Área Especial de Interesse Social – Parque Oeste Industrial

Para cada um dos locais visitados será apresentado um relatório específico com os seguintes pontos:

1. Identificação do Lugar;
2. Rota;
3. Características da Área Visitada e
4. Considerações preliminares.

4 VISITAS INSTITUCIONAIS

O Estatuto das Cidades, Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001, determina que o processo de elaboração/ revisão do plano diretor, deve obrigatoriamente garantir a publicidade dos documentos e informações a serem produzidas como também prover



audiências e debates com a participação da população, de associações representativas dos vários segmentos da comunidade e de instituições públicas e privadas que tem por prerrogativa cumprir funções públicas.

É visando essa determinação que o Plano de Trabalho contemplou a realização de visitas institucionais com o intuito de se elaborar propositura para a revisão do plano diretor, neste primeiro momento tratando-se da fase de diagnóstico que compreende a coleta de dados, estudos, projetos, planos e ações e demais informações relativas à matéria.

À oportunidade solicitamos o agendamento de contato para visita dos técnicos da Superintendência de Planejamento e Gestão Sustentável da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação - SEPLANH, visando a articulação de ações intersecretarias e outros entes, forma já de pronto realizadas visitas nas seguintes instituições:

- IPHAN – Instituto do Patrimônio e Artístico Nacional;
- SECULT - Secretaria de Cultura Municipal;
- SEGOV – Superintendência da Casa Civil;
- DNIT – Departamento Nacional de infraestrutura de Transporte;
- SME – Secretaria Municipal de Educação;
- SMT – Secretaria Municipal de Trânsito;
- CRC - Conselho Regional de Contabilidade;
- SEINFRA – Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos;
- SEDETEC - Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho, Ciência e Tecnologia;
- AMMA – Agência Municipal do Meio Ambiente;
- SMS – Secretaria Municipal de Saúde;
- SEFIN – Secretaria Municipal de Finanças;
- SEMAS – Secretaria Municipal de Assistência Social;
- CMTC - Companhia Metropolitana de Transporte Coletivo;
- CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Goiás;

- CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás;
- SINDUSCON – Sindicato da Indústria da Construção no Estado de Goiás;
- ADEMI – Associação das Empresas do Mercado Imobiliário de Goiás;
- SANEAGO – Saneamento de Goiás;
- UFG – Universidade Federal de Goiás;
- AGR - Agência de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos de Goiânia;
- CELG – Companhia Energética de Goiás;
- Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de Goiânia;
- Técnico Especialista (Arquitetura – Arq. Paulo Renato);
- SEDUCE – Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;
- INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária;
- Técnico Especialista (Drenagem Urbana – Eng. Flávio Rios).
- ACIEG – Associação comercial, Industrial e de Serviços do Estado de Goiás;
- CODESE – Conselho de Desenvolvimento Econômico, Sustentável e Estratégico de Goiânia;
- FIEG – Federação das Indústrias do Estado de Goiás;
- SECIMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos;
- STIUEG - GO - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas no Estado de Goiás;

Além das realizadas o Grupo de trabalho pretende ainda seguir com outras as visitas que se fizerem necessárias quando do andamento dos trabalhos.

5 PLANO DE MOBILIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO

O Plano de Comunicação é um documento importante para balizar as ações de comunicação social da Revisão do Plano do Diretor, de forma a garantir, no decorrer do prazo de seu desenvolvimento, que haja informação disponibilizada ao público de modo abrangente e com transparência, como ainda de forma clara e objetiva, portanto que seja capaz de efetivamente atrair a população para participar na sua realização.

O Plano de Mobilização Social pauta-se em pressupostos e recursos metodológicos, os quais estão descritos na sequência:

| FASE 1 | Elaboração do Plano de Mobilização Social e Comunicação |
|---------------|---|
| FASE 2 | Elaboração do diagnóstico da situação da revisão do Plano Diretor de Goiânia e seu impacto na vida da população Goianiense. |
| FASE 3 | Elaboração do Prognóstico das e alternativas para universalização dos das atividades propostas estabelecidas na Revisão |
| FASE 4 | Definir as ações necessárias para atingir as metas |
| FASE 5 | Mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e da eficácia das ações programadas. |
| FASE 6 | plano |

A metodologia proposta foi dividida em três itens principais, sendo estruturada da seguinte forma:

1 Plano de Trabalho:

- Atividades e cronograma.
- Metodologia específica do Plano de Trabalho de cada Eixo.
- Responsabilidades dos atores envolvidos (equipe técnica de cada Eixo).

2 Plano de Mobilização Social:

- Atividades dos grupos coordenadores dos eixos.

- Processo de participação da sociedade.
- Conferências e, ou audiências públicas.

3 Plano de Comunicação:

- Principais atores do processo.
- Formas e canais de divulgação da revisão do plano diretor.

O Quadro 1 apresenta os assuntos e tipos de dados a serem levantados nas respectivas instituições relativos a cada Programa.

| CRONOGRAMA PARA MOBILIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO DA REVISÃO DO PDG | | ABR | MAI | JUN | JUL | AGO | SET | OUT | NOV | DEZ |
|--|--|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| ETAPA | ATIVIDADE | | | | | | | | | |
| ETAPA 1 - Mobilização Social e Institucional nas regiões administrativas do Município de Goiânia e proposta metodológica | 1- Reunião com a Coordenação dos Eixos para planejamento da Etapa 1; | | | | | | | | | |
| | 2- Organização da Etapa 1 e aprimoramento do Plano de Trabalho; | | | | | | | | | |
| | 3- Reunião com a SECOM para definição da estratégia de comunicação e mobilização social dos entes envolvidos;(1) | | | | | | | | | |
| | 4- Implementação das estratégias de mobilização; | | | | | | | | | |
| | 5- Realização das rodadas de audiências públicas e coleta das das informações multidimensionais; | | | | | | | | | |
| ETAPA 2 | Encaminhamento final da minuta de Lei do Plano Diretor | | | | | | | | | |
| OBSERVAÇÃO: | | | | | | | | | | |

Quadro 1 – Cronograma de Revisão do Plano Diretor de Goiânia 2033.

- (a) Delegados das Conferências Municipais e Estaduais das Cidades
- (b) Secretários Municipais;
- (c) Vereadores de Goiânia e demais municípios da Região Metropolitana;
- (d) Técnicos da Prefeitura de Goiânia;
- (e) Representantes dos Conselhos Municipais;
- (f) Pesquisadores de Instituição de Ensino Superior;
- (g) Representantes das prefeituras da Região Metropolitana;
- (h) Representantes empresariais;
- (i) Representantes sindicais;
- (j) Representantes de Entidades, Instituições e ONGs;
- (k) Representantes da juventude;
- (l) Representante das crianças;
- (m) Representantes da Terceira idade;
- (n) Representante da Mulheres;
- (o) Representantes das minorias (marginalizados ou não);

Considerando estes fatos, e a descrição das atividades realizadas e as a serem cumpridas, a previsão de entrega da Minuta de Lei se dará na segunda quinzena do mês de dezembro. O diagnóstico referente à Revisão do Plano Diretor de Goiânia fará parte dos documentos a ser encaminhado à Câmara para apreciação e análise.